

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	IX
<i>Apresentação</i>	XI
Introdução	1
Art. 1º	
1. Perfil do mandado de segurança.....	4
2. Direito líquido e certo	6
3. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	8
4. Ilegalidade ou abuso de poder.....	10
5. Qualquer pessoa física ou jurídica (impetrante)	11
6. Mandado de segurança preventivo e ameaça de lesão	12
7. Mandado de segurança preventivo e lei em tese	13
8. Ato de autoridade e competência	14
9. Pessoas equiparadas a autoridades	16
10. Ato de gestão	17
11. Ato omissivo.....	18
12. Legitimação extraordinária	18
Art. 2º	
1. Competência	19
Art. 3º	
1. Substituição processual	21
Art. 4º	
1. Novas tecnologias.....	22
2. Mandado de segurança impetrado por <i>e-mail</i>	23
Art. 5º	
1. Constitucionalidade das restrições ao uso do mandado de segurança: as súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	25
2. Mandado de segurança e recurso administrativo com efeito suspensivo.....	26
3. Mandado de segurança contra ato judicial	28
4. Razão da utilização do mandado de segurança contra ato judicial	29

5. Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo	30
6. Decisão judicial transitada em julgado	33
7. Razões do Veto	35
8. Mandado de segurança contra ato disciplinar	35
Art. 6º	
1. Requisitos da petição inicial do mandado de segurança.....	37
2. Recusa do Poder Público	38
3. Autoridade coatora	39
4. Ilegitimidade da autoridade coatora e Veto presidencial	40
5. Denegação da segurança e mérito	42
Art. 7º	
1. Parte passiva no mandado de segurança	44
2. Informações, contestação e devido processo legal.....	45
3. Falta de informações.....	46
4. Participação da pessoa jurídica interessada	47
5. Tutela de urgência em mandado de segurança e caução.....	48
6. Recorribilidade da decisão interlocutória em mandado de segurança	50
7. Vedação de liminar	51
Art. 8º	
1. Perempção da medida liminar	52
Art. 9º	
1. Confusão legislativa.....	54
2. Remessa de cópias	55
Art. 10.	
1. Indeferimento da inicial	56
2. Recurso e juízo de retratação.....	57
3. Ingresso de litisconcorte ativo.....	57
Art. 11.	
1. Providências cartorárias	58
Art. 12.	
1. Parecer do Ministério Público.....	59
2. A questão da racionalização da atuação do Ministério Público no cível	60
Art. 13.	
1. Comunicação à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada.....	63
Art. 14.	
1. Apelação.....	65
2. Remessa necessária.....	65
3. Direito de recorrer da autoridade coatora	65
4. Execução provisória em mandado de segurança	66

Art. 15.	
1. Pedido de sustação de eficácia de decisão judicial proferida contra o Poder Público	67
2. A ideologia da suspensão da segurança.....	67
Art. 16.	
1. Competência originária do relator para instrução do processo	69
Art. 17.	
1. Celeridade	70
Art. 18.	
1. Cabimento de recurso nos casos de competência originária.....	70
Art. 19.	
1. Denegação da segurança e mérito	71
Art. 20	
1. Prioridade de processamento	71
Art. 21.	
1. A disciplina do mandado de segurança coletivo na Lei n. 12.016/2009	72
2. Princípios do processo civil coletivo.....	75
2.1. Acesso à justiça	76
2.2. Acesso à justiça, acesso ao judiciário e acesso à ordem jurídica justa	79
2.3. A técnica processual coletiva não pode inviabilizar o acesso individual à justiça	80
2.4. Acesso à justiça e universalidade da jurisdição	81
2.5. Duração razoável do processo e prioridade no seu processamento em todas as instâncias	81
2.6. Isonomia.....	82
2.7. Economia processual.....	83
2.8. Motivação específica de todas as decisões judiciais, notadamente quanto aos conceitos indeterminados.....	84
2.9. Publicidade e divulgação ampla dos atos processuais que interessem à comunidade.....	86
2.10. Dever de colaboração de todos na efetividade da tutela coletiva	86
2.11. Exigência permanente de boa-fé, lealdade e responsabilidade das partes, dos procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo	87
3. Evolução da defesa dos direitos supraindividuais no sistema brasileiro	88
4. A mutação do modelo jurídico processual.....	92
5. A propagação dos modelos processuais coletivos no sistema de <i>civil law</i>	94
6. Relação entre direito material e direito processual.....	96
7. Origens do mandado de segurança coletivo	97
8. Natureza.....	98
9. Relação entre o mandado de segurança coletivo e o modelo processual do amparo ibero-americano	100
10. Legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo segundo a NLMS ..	104

10.1. A legitimidade do partido político	104
10.2. A legitimidade da organização sindical, entidade de classe e das associações	108
11. Direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo segundo a NLMS ...	112
12. A importância, para o processo, da distinção entre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	115
13. A classificação dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	117
14. Direitos difusos	118
15. Direitos coletivos.....	122
16. Direitos individuais homogêneos.....	123
17. Pressupostos específicos do mandado de segurança coletivo	123
Art. 22.	
1. Mandado de segurança coletivo e coisa julgada.....	125
2. Relação entre demandas.....	127
3. Liminar	128
Art. 23.	
1. Prazo extintivo do direito à utilização do mandado de segurança	129
Art. 24.	
1. Litisconsórcio em mandado de segurança	131
Art. 25.	
1. Embargos infringentes.....	132
2. Honorários advocatícios	133
Art. 26.	
1. Técnicas para compelir o Poder Público a cumprir decisões judiciais.....	135
Art. 27.	
1. Cláusula de vigência	140
Art. 28.	
1. Aplicação imediata da lei processual civil	141
Art. 29.	
1. Normas revogadas	142
Quadro Comparativo	143
Bibliografia.....	155